



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

DELIBERAÇÃO Nº 01/2025 – COLEGIADO DO CURSO TÉCNICO EM TRÂNSITO/CEFET-MG

Dispõe sobre a documentação comprobatória exigida para solicitação de segunda chamada de avaliação, nos termos dos arts. 76 e 77 da Resolução CEPE nº 013/2022, e dá outras providências.

O COLEGIADO DO CURSO TÉCNICO EM TRÂNSITO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS – CEFET-MG, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução CD nº 034/2003, de 18 de junho de 2003, e considerando:

- i. a **Resolução CEPE nº 013/2022**, que consolida as Normas Acadêmicas dos Cursos Técnicos do CEFET-MG;
- ii. a **Resolução CFM nº 2.381**, de 9 de maio de 2024, do **Conselho Federal de Medicina**, que dispõe sobre a emissão de atestados, declarações e outros documentos médicos;
- iii. a necessidade de uniformizar e padronizar os procedimentos relativos à solicitação de segunda chamada de avaliação; e
- iv. o princípio da isonomia no tratamento das justificativas apresentadas pelos discentes,

DELIBERA:

Art. 1º A solicitação de segunda chamada de avaliação deverá ser protocolada, devidamente documentada, conforme o art. 77 da Resolução CEPE nº 013/2022.

Art. 2º Serão aceitos, para fins de análise do pedido de segunda chamada, os seguintes documentos comprobatórios:

I – **Atestado Médico ou laudo médico**, nos termos da Resolução CFM nº 2.381/2024, entendido como o documento emitido por médico, com base em exame realizado, que declara a **incapacidade do paciente** de exercer suas atividades habituais por determinado período.

O atestado deverá conter, obrigatoriamente:

- a) nome completo e número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Medicina (CRM);
- b) assinatura e carimbo do médico;
- c) data da emissão e identificação do paciente;
- d) período de afastamento recomendado, expresso em dias ou horas;
- e) **opcionalmente**, diagnóstico ou Código CID, mediante autorização do paciente.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

II – **Declaração de Comparecimento**, definida pela Resolução CFM nº 2.381/2024 como o documento que **comprova apenas a presença do paciente em consulta, exame ou procedimento**, sem indicar incapacidade para atividades posteriores.

A declaração deverá conter:

- a) nome completo e número de CRM do médico (ou identificação do estabelecimento de saúde);
- b) data e horário do atendimento;
- c) assinatura e/ou carimbo do emitente;
- d) identificação do paciente.

§ 1º A declaração de comparecimento **não substitui o atestado médico** para fins de justificativa de ausência integral que impeça o comparecimento à avaliação.

§ 2º Caso o documento intitulado “declaração de comparecimento” contenha **recomendação de repouso ou afastamento**, será tratado como **atestado médico**, desde que apresente os elementos formais previstos neste artigo.

III – Declaração do empregador ou documento equivalente, nos casos de impedimento por atividade laboral no horário da avaliação;

IV – Certidão de óbito de familiar em primeiro ou segundo graus;

V – Comprovante oficial de convocação judicial ou militar;

VI – Declaração institucional emitida por órgão ou setor do CEFET-MG, assinada por servidor responsável, nos casos de participação em atividades acadêmicas oficiais.

Art. 3º A documentação comprobatória deverá ser apresentada **em até três dias úteis** contados da data da avaliação, conforme prazos e orientações descritos no site oficial do curso: <https://www.tec-transito.bh.cefetmg.br/guias/segunda-chamada-de-prova/>

Art. 4º – A coordenação do curso avaliará a validade dos documentos:

I – Serão aceitos documentos médicos emitidos em meio físico ou digital, desde que contenham assinatura manuscrita ou certificação eletrônica válida conforme as normas do CFM.

II – A Coordenação do Curso poderá verificar a autenticidade dos documentos junto ao profissional ou à unidade de saúde emissora, em caso de dúvida fundada.

III – Não serão aceitos documentos rasurados, **ilegíveis**, sem identificação do emissor ou emitidos **por profissional não habilitado**.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

Art. 5º – Do Requerimento e das assinaturas

I – O pedido de segunda chamada deverá ser acompanhado de requerimento devidamente preenchido e assinado pelo discente.

II – No caso de **alunos menores de 18 (dezoito) anos**, o requerimento deverá ser assinado pelo responsável legal, com anexação de cópia do documento de identificação.

III – É encorajada a utilização de **assinatura digital no requerimento**, preferencialmente por meio da plataforma **gov.br** ou outro meio oficialmente reconhecido de certificação eletrônica. O site oficial do curso (<https://www.tec-transito.bh.cefetmg.br/guias/segunda-chamada-de-prova/>) tem orientações de como realizar a assinatura digital com o **gov.br**.

IV – Em caso de impossibilidade de assinatura digital, será aceita assinatura manuscrita legível no documento escaneado, **desde que acompanhada de identificação do signatário**.

V – O requerimento e os documentos anexos deverão ser protocolados de **forma legível e completa**, sob pena de indeferimento do pedido.

Art. 6º – Das Disposições Finais

I – A aceitação da documentação e a concessão da segunda chamada observarão os prazos e procedimentos institucionais.

II – Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado do Curso, observadas as normas acadêmicas e a legislação vigente.

Deliberação aprovada em 13 de outubro de 2025 pelo Colegiado do Curso Técnico em Trânsito.



DELIBERAÇÃO CTTRA/DEPT/CEFET-MG Nº 1, DE 14 DE OUTUBRO DE 2025

(Assinado digitalmente em 14/10/2025 16:22)

DIEGO CAMARGO

COORDENADOR - TITULAR

CTTRA (11.50.13)

Matrícula: ###558#0

Visualize o documento original em <https://sig.cefetmg.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2025**, tipo:
DELIBERAÇÃO, data de emissão: **14/10/2025** e o código de verificação: **2dc4f52d85**